

EDIÇÃO: 07122021. SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS-MA, TERÇA-FEIRA, 07 DE DEZEMBRO DE 2021. ANO V

Nº 1 – 5 Páginas

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS-MA



Diário Oficial

PODER EXECUTIVO



EXTRATO DO TERMO ADITIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE ACRESCIMO AO CONTRATO Nº 063/2021. PARTES: Prefeitura Municipal de São José dos Basílios – MA, através do fundo municipal de saúde e a empresa: R. LUNA DO NASCIMENTO, INSCRITA NO C.N.P.J SOB O N.º 08.903.741/0001-94, ESPÉCIE: Aditivo de acréscimo de valor. OBJETO: contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustível para suprir as demandas das secretarias de saúde, educação e assistência social da prefeitura de São José dos Basílios/MA - DO VALOR: acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento), o valor do aditivo é de R\$ 182.500,00 (cento e oitenta e dois mil e quinhentos reais) - BASE LEGAL: O objeto deste termo está em consonância com a Lei 8.666/93, Art. 65, § 1o. ANTONIA CAROLINE ARAUJO DE ASSIS Secretária Municipal de Saúde São José dos Basílios - MA, 03 de dezembro de 2021.

ERRATA DO EXTRATO DE DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO

ERRATA DO EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1201-1/2021. Publicação do Diário Oficial do Município (DOM) do dia 06 de dezembro de 2021 pag. 2, Processo Administrativo nº 081106/2021, objetivando a Locação de imóvel (terreno) para instalação do ATERRO SANITÁRIO do Município de São José dos Basílios – MA, localizada na - MA - 259, zona rural do município de São José dos Basílios/MA.

ONDE SE LÊ

Locação de imóvel situado na Rua JK s/n, centro, São José dos Basílios/MA.

LEIA-SE

Locação de imóvel (terreno) para instalação do ATERRO SANITÁRIO do Município de São José dos Basílios – MA, localizada na - MA - 259, zona rural do município de São José dos Basílios/MA.

LEI Nº 023/2021, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS PARA O EXERCÍCIO DE 2022.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Diário Oficial do Município, CNPJ nº 01.616.769/0001-00, Poder Executivo, Rua João de Sousa, s/nº, Centro, São José dos Basílios – MA, CEP 65762-000, Creginaldo Rodrigues de Assis Prefeito Municipal. Site: www.saojosedosbasilios.ma.gov.br

Art. 1º - Esta lei estima a receita em R\$ 58.190.831,44 e fixa a Despesa do Município para o exercício de 2022, no valor global de R\$ 58.190.831,44 envolvendo os recursos de todas as fontes, compreendendo:

I – Orçamento Fiscal;

II – Orçamento da Seguridade Social.

Parágrafo Único – A receita bruta prevista, será deduzida no valor de R\$ 3.204.792,85 (três milhões, duzentos e quatro mil, setecentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos) para a formação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico – FUNDEB.

CAPÍTULO II

DOS ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 2º - Os Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social serão detalhados, em seu menor nível, através dos Elementos da Despesa, através de Decreto do Poder Executivo.

§ 1º - Na programação e execução dos orçamentos fiscais e de seguridade social será utilizada a classificação da despesa por sua natureza, onde deverão ser identificados a categoria econômica, o grupo da despesa, a modalidade de aplicação e o elemento de classificação das despesas mencionada no parágrafo anterior.

§ Art. 3º - A receita líquida prevista é orçada em R\$ 58.190.831,44 (cinquenta e oito milhões, cento e noventa mil, oitocentos e trinta e um reais e quarenta e quatro centavos).

Parágrafo único – Inclui-se no total referido neste artigo os recursos próprios das autarquias, fundações e fundos especiais.

A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, transferências e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente e das especificações constantes no anexo, de acordo com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÕES	VALORES
1 – RECEITAS CORRENTES	56.735.217,49
1.1 – Receita Tributária	547.850,65
1.2 – Receita de Contribuições	137.139,26
1.3 – Receita Patrimonial	810.008,23
1.4 – Receita Agropecuária	0,00
1.5 – Receita Industrial	0,00
1.6 – Receita de Serviços	22.796,28
1.7 – Transferências Correntes	53.914.254,44
1.9 – Outras Receitas Correntes	1.303.168,63
2 – RECEITAS DE CAPITAL	4.660.406,80
2.1 – Operações de Crédito	0,00
2.2 – Alienações de Bens	0,00
2.3 – Transferências de Capital	4.660.406,80
2.4 – Outras Receitas de Capital	0,00

3 – DEDUÇÃO P/ FORM. DO FUNDEB	-3.204.792,85
---------------------------------------	----------------------

RECEITA LÍQUIDA TOTAL	58.190.831,44
------------------------------	----------------------

Art. 4º - A despesa, no mesmo valor da receita líquida prevista é fixada em R\$ 58.190.831,44 (cinquenta e oito milhões, cento e noventa mil, oitocentos e trinta e um reais e quarenta e quatro centavos).

Art. 5º - A despesa será realizada com observância da programação constante dos quadros que integram esta lei, apresentando o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÕES	VALORES
I – RECURSOS DO TESOURO	58.190.831,44
1 – DESPESAS CORRENTES	41.608.618,51
2 – DESPESAS DE CAPITAL	15.791.983,82
3 – RESERVA DE CONTIGÊNCIA	790.229,11
II – RECURSOS PRÓPRIOS DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	0,00
III – RECURSOS PRÓPRIOS DOS FUNDOS ESPECIAIS	0,00
DESPESA TOTAL	58.190.831,44

Parágrafo único – Integram o Orçamento Fiscal os recursos orçamentários à conta do Tesouro Municipal, destinados a transferências às empresas a título de aumento de capital, subvenção econômica e prestação de serviços.

Com trabalho e humildade o progresso continua!

CAPÍTULO III

DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a excluir os casos previstos nesta lei, abrir créditos suplementares, até o limite de 100% (Cem Por Cento) sobre o total da despesa nela fixada.

CAPÍTULO IV

DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 7º - Fica o poder executivo autorizado a realizar operação de crédito por antecipação da receita até o limite de **15% (quinze por cento)** da receita orçada constante do Art. 3º desta lei.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º - Fica o poder executivo autorizado a estabelecer normas complementares pertinentes a execução do orçamento e, no que couber, adequá-lo às disposições da Constituição do Município e às alterações definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, inclusive quanto à programação financeira e orçamentária para o exercício de 2020.

Art. 9º - Ficam agregados aos orçamentos do Município os valores e indicativos constantes dos anexos desta lei.

Art. 10º - Todos os valores recebidos pelas unidades da administração direta, autarquias, fundações e fundos especiais deverão, ser registrados nos seus respectivos orçamentos.

Parágrafo único – Exclui-se do disposto neste artigo os casos em que por força de lei, normas especiais ou exigências do ente repassador, o registro deverá ser feito através do grupo extra orçamentário.

Art. 11º - Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2022 revogados as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS - MA, em 03 de dezembro de 2021.

CREGINALDO RODRIGUES DE ASSIS

Prefeito Municipal

LEI Nº 24/2021, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL – PPA PARA OS EXERCÍCIOS 2022-2025 DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS, ESTADO DO MARANHÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS, ESTADO DO MARANHÃO, no uso das suas atribuições previstas na Lei Orgânica de São José dos Basílios, submete a Câmara Municipal de São José dos Basílios o seguinte projeto de Lei.

Art. 1º. Esta Lei institui o Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2022-2025, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da CRFB/1988 e n art. 10 inciso VI, art. 125 inciso I, da Lei orgânica do Município de SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS, com base no Plano de Governo e indicadores econômicos e sociais, estabelecendo para o período os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de recursos a serem aplicados em despesas correntes, de capital e outras delas decorrentes e despesas de duração continuada, na forma dos Anexos I e II que compõem essa lei.

Art. 2º. O Plano Plurianual 2022-2025 reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental, estruturado em Programas orientados para a consecução dos objetivos estratégicos.

§ 1º Os Programas representam o elemento de integração entre o Plano e o Orçamento.

§ 2º As ações orçamentárias correspondem aos projetos, atividades e operações especiais constantes dos orçamentos anuais.

Art. 3º. A exclusão de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novos programas serão propostos pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei.

Art. 4º. Fica o poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir indicadores e respectivas metas do Plano Plurianual, desde que estas modificações contribuam para a realização do objetivo do Programa.

Art. 5º. A inclusão, exclusão ou alterações de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais suplementares e especiais por meio de ato próprio, apropriando-se aos programas as modificações consequentes.

Parágrafo único. De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual e na Lei das Diretrizes Orçamentárias vigente.

Art. 6º. O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e suas alterações, bem como mudanças econômicas e sociais, fica autorizado a:

I – alterar o valor global do Programa e Ações (incluir, excluir ou alterar iniciativas orçamentárias e seus respectivos atributos);

II – adequar a quantidade da meta física de iniciativa orçamentária para compatibilizá-la com alterações nos recursos efetivadas pelas leis orçamentárias;

III – incluir, excluir ou alterar nos orçamentos iniciativos decorrentes de aprovação de operações de crédito, necessárias à execução dos programas financiados, tendo como limite o valor do empréstimo e respectiva contrapartida.

Art. 7º. Cabe a Secretaria Municipal de Administração, Fazenda, Planejamento e gestão estabelecer normas complementares para a gestão, monitoramento e avaliação do PPA 2022-2025.

Art. 8º. As estimativas de recursos dos Programas e Ações constantes dos Anexos desta Lei são referenciais e foram estimadas e fixadas de modo a conferir consistência ao Plano Plurianual, não se constituindo em limites à programação das receitas e despesas expressas nas leis orçamentárias anuais.

Parágrafo único. A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelecerá as metas e prioridades para cada ano, promovendo os ajustes eventualmente necessários ao Plano Plurianual.

Art. 9º. Os procedimentos orçamentários anuais constituem atualizações automáticas do Plano Plurianual.

Art. 10. Fica o poder Executivo autorizado por ato próprio, a atualizar pelo índice inflacionário anual (IGP-M, INPC, IPCA ou outro que venha a substituí-los) o valor estimado das receitas e despesas no PPA 2022-2025.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2022, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS, ESTADO DO MARANHÃO, em 03 de dezembro de 2021.

CREGINALDO RODRIGUES DE ASSIS

Prefeito Municipal